

Audiência Pública CVT:

‘Medidas de socorro ao setor do
Transporte Coletivo Urbano’

30/06/2022

Idec

meta-missão

“ Contribuir para todos os cidadãos tenham acesso a bens e serviços essenciais e para o desenvolvimento social, o consumo sustentável, a saúde do planeta e a consolidação da democracia na sociedade brasileira. ”



- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
- Fundado em 1987
- ONG sem fins lucrativos, independente de partidos políticos e governos.
- 7000 associados e 70 colaboradores.
- **Recursos:** contribuições de pessoas físicas, fundações e filantropias.
- **Atuação:** pesquisas, mobilização, conscientização do consumidor, incidência em políticas públicas e ações civis públicas



Alimentação Saudável e Sustentável

Alimentação adequada e saudável para a promoção e proteção da saúde, do meio ambiente e a prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis



Mobilidade Urbana

Transporte público mais seguro e com qualidade, levando informação sobre os direitos do consumidor e levantando o debate sobre o cenário histórico que privilegia o uso de automóveis.



Telecomunicações e Direitos Digitais

Ambiente de serviços de telecomunicações de alta qualidade preservando o direito à informação, com conformidade com os padrões de consumo, proteção de informações pessoais e privacidade, com acesso universal.



Saúde

Acesso a serviços de saúde e medicamentos que atendam às necessidades do cidadão, seja através do SUS ou dos planos de saúde, garantindo a eficácia do direito à saúde no Brasil



Serviços Financeiros

Serviços financeiros acessíveis, que respeitem o direito de escolha e garantam plena informação e segurança, prevenindo o superendividamento e respeitando legislações e políticas públicas que consideram a condição de vulnerabilidade do consumidor.



Energia e Sustentabilidade

Um ambiente de qualidade elevada dos serviços de energia, preservando o direito à informação e o cumprimento das normas consumeristas e com estímulos à elevação dos padrões de eficiência energética e promoção da energia renovável

Crise no setor

Soluções emergenciais - Formas de socorros

Solução definitiva - SUM

Causas da Crise

Décadas de crise no setor e problemas estruturais de gestão, cartelização e contratos ultrapassados

Dependência exclusiva da tarifa e perda histórica de passageiros (ampliada na Pandemia)

Dimensão e custos do transporte com universalidade e continuidade são altos para o orçamento municipal

Necessidade de um apoio emergencial federal e mudanças estruturais

Pesquisa

- Lançada pelo Idec em Agosto/2019
- Levantamento nas 12 maiores capitais:
- Padrão mesmo sem 'diretriz formal'
- www.idec.org.br/movedados/licitacao



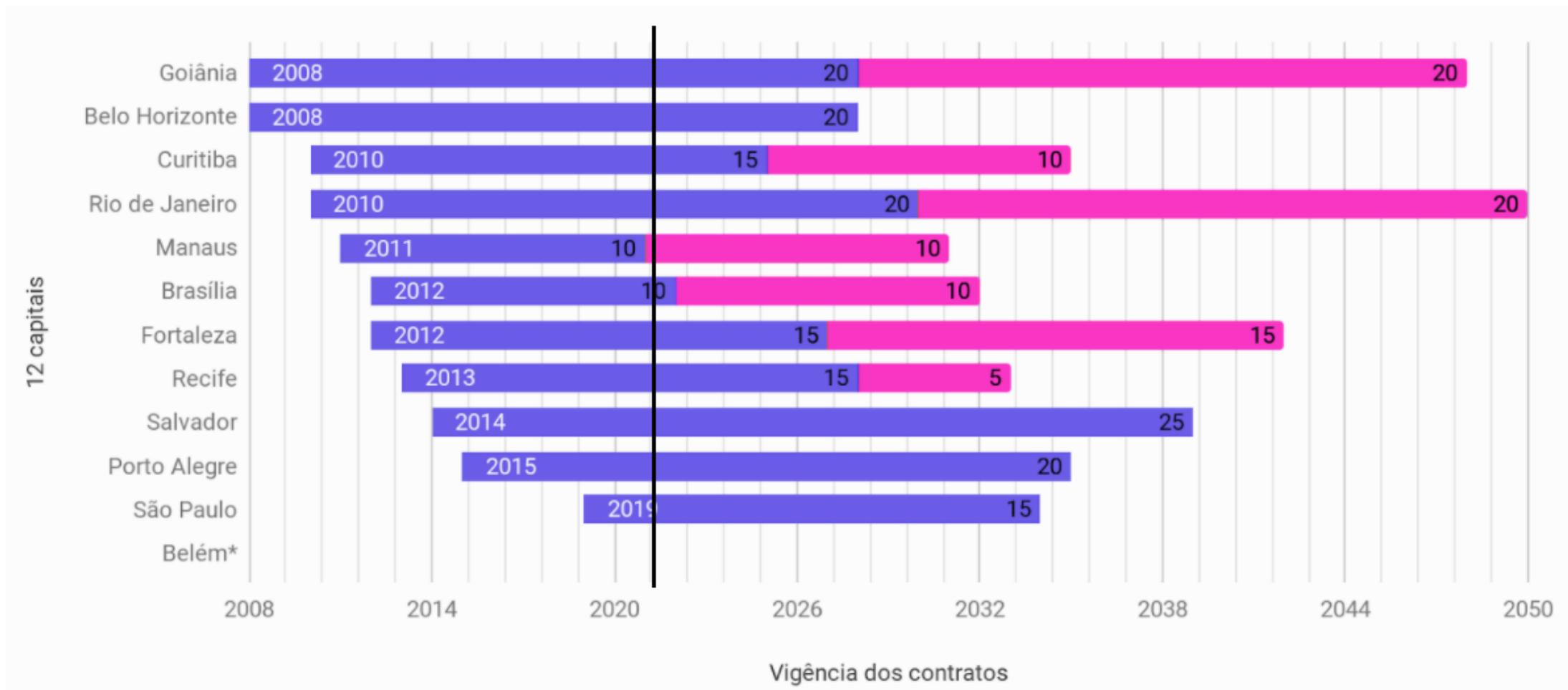
Remuneração e Financiamento

Capital	Remuneração	
	Remuneração	Variável segundo qualidade
Belém	Passageiro transportado por tarifa técnico	Não
Belo Horizonte	Diretamente pelo passageiro Transportado	Não
Brasília	Passageiro transportado por tarifa técnica	Não
Curitiba	Passageiro transportado por tarifa técnica	Sim
Fortaleza	Participação no mercado	Não
Goiânia	Diretamente pelo passageiro Transportado	Não
Manaus	Diretamente pelo passageiro Transportado	Não
Porto Alegre	Participação no mercado	Sim
Recife	Passageiro transportado por tarifa técnica	Sim
Rio de Janeiro	Diretamente pelo passageiro Transportado	Não
Salvador	Diretamente pelo passageiro Transportado	Não
São Paulo	Custo do Serviço	Sim

Gestão

Capital	Objeto básico	Outras partes do Objeto	
Belém	Serviços de transporte público rodoviário de passageiros	CCO, bilhetagem e informação ao usuário	Infraestruturas ligadas ao BRT
Belo Horizonte	Serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus	CCO e bilhetagem	Não
Brasília	Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo	Não	Não
Curitiba	Serviços de transporte coletivo público urbano de passageiros	Não	Terminais e paradas em corredores
Fortaleza	Serviço de transporte coletivo urbano de passageiros	Monitoramento por GPS	Não
Goiânia	Sistema Integrado de Transporte da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos	CCO, informação ao usuário	Terminais, estações de conexão Plataforma de embarque
Manaus	Serviço de transporte coletivo público urbano de passageiros	Não	Não
Porto Alegre	Serviço de Transporte Coletivo por Ônibus	Implantação de CCO e bilhetagem	Não
Recife	Serviços do sistema de transporte público de passageiros	Bilheterias	Manutenção de terminais
Rio de Janeiro	Serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus	Bilhetagem	Terminais e BRT
Salvador	Serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus	CCO, bilhetagem, bilheteria, relacionamento com usuário	Não
São Paulo	Serviço de Transporte Coletivo por Ônibus	GPS, bilheterias e especial	Terminais

Pesquisa



Necessidades

Financiamento estrutural não tarifário

Redução dos contratos e capacidade de controle da prefeitura

Universalidade de cobertura

Frequência e confiabilidade

Real modicidade tarifária e redução das lotações

Guia

- Guia elaborado pelo Idec com consultoria Jurídica
- Baseado na experiência de São Paulo 2016-2018
- Lançado em 2018
- Licitação, contratação, gestão, administração direta, financiamento
- www.idec.org.br/onibusnalinha



Soluções Emergenciais

PL 2025/20 - Senado

Compra de novas gratuidades

PL 3364/20 e PL 3909/20 - Câmara

Programa com contrapartidas

PL 4392/21 - Senado

Subsídio a gratuidade já existente

PL 4489/21 - Câmara

Programa de novas gratuidades

PEC 16/22 - Senado

Subsídio a gratuidade já existente

Soluções Emergenciais

Precisaria

Agilidade e celeridade - compreendendo limitações do MDR

Ser absolutamente exemplar em transparência e controle dos recursos

Contrapartidas que apontem melhorias - crise é anterior à pandemia e inflação!

Subsidiar os custos reais, garantindo frota e atendimento

Solução Definitiva - SUM



Financiamento

Infraestrutura	Corredores, Trilhos, calçada e ciclovia	Investimento Direto, além do Empréstimo	Junto com a democratização do espaço viário
Operação	Tributação do uso do carro e outras fontes	Custeio com insumo. Ex: Frota	Considerar o custo para ter universalidade

Gestão / Contratos

Contrato Dividido

Combate à cartelização e oligopólios

Frota, garagem, bilhetagem, e outras atividades

Contratos mais curtos, temáticos e transparentes

Remuneração por Qualidade

Pagamento por passageiro gera lotação e atrasos

Custo para garantir universalidade e frequência

Condicionantes de qualidade

Gestão Interfederativa

Papel Federal	Conselho Nacional de Mobilidade	Fundo Nacional de Mobilidade	Planejamento, formação e treinamento
Papel Estadual	Conselhos e Fundos e estaduais	Agências reguladoras	Formação de redes metropolitanas e regionais

O TRANSPORTE COLETIVO PRECISA RESPIRAR

Propostas da sociedade civil para resolver a crise do transporte público no Brasil

A pandemia expôs a falência do modelo de gestão do transporte coletivo e a necessidade de renová-lo. Mas antes, precisamos socorrer financeiramente o setor para impedir seu colapso. O problema é grande, e só com participação do governo federal será possível solucioná-lo.

O projeto de socorro emergencial ao setor precisa prevêr:

- Total transparência dos valores e abertura de dados das gestões beneficiadas.
- Contrapartidas para garantir qualidade do serviço à população.
- Recursos disponíveis para garantir a frota necessária, evitando aglomeração nos veículos.

Dentre as propostas existentes para o socorro emergencial ao setor, elencamos:

PL 3364/20

(Vetado pela presidência em dezembro/20)

- ✓ Exigiria contrapartidas (faixas exclusivas, ciclovias etc.)
- ✓ Gerava benefícios em créditos aos usuários.
- ✓ Exigiria e unificava transparência dos dados.



Vale Transporte Social

(PL 4489/21 e debate interno no MDR)

- ✓ Cria novo benefício a usuários de baixa renda e em busca de emprego.
- ⚠ Pode prever contrapartidas nas cidades.
- ⚠ Precisa detalhar critérios de transparência.



Aluguel de frota pelo Governo federal para os municípios

(Em debate no Fórum Consultivo de Mobilidade do MDR)

- ✓ Gera impacto positivo com frota nova e redução de emissão de poluentes.
- ✓ Amplia capacidade de controle da prefeitura.
- ⚠ Precisa detalhar critérios de transparência.



Custear a gratuidade dos idosos

(PL 4392/21, proposta pelo setor)

- ✗ Não cria benefício aos usuários e confunde a discussão sobre os custos do serviço.
- ✗ Não gera contrapartidas nas cidades.
- ⚠ Precisa detalhar critérios de transparência.



O Idec está debatendo essas propostas no Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana do MDR, junto com entidades da sociedade civil e do governo. Para entrar em contato conosco e conversar sobre os projetos, nossos contatos são: mobilidade@idec.org.br e (11) 99916-6461

POR UM NOVO MODELO DE GESTÃO: SISTEMA ÚNICO DE MOBILIDADE-SUM

Proposta da sociedade civil para reformular a legislação de mobilidade no Brasil

Hoje, apenas os governos locais são responsáveis pelo transporte coletivo. Mas, assim como a saúde e a educação, o serviço precisa atender com universalidade todas as cidades. Por isso necessita, igualmente, de uma estrutura interfederativa de gestão, dividindo as responsabilidades e os investimentos.

Papéis interfederativos na gestão da mobilidade urbana

GOVERNO FEDERAL

- Coordena a política, o Fundo, o Conselho e os Planos Nacionais de Mobilidade.
- Define programas e instrumentos a serem adotados pelos entes.
- Promove cooperação técnica, financeira e capacitação de estados e municípios.
- Fontes de recursos: OGU, CIDE, e reformulação do Vale Transporte.

GOVERNO ESTADUAL

- Cria planos, fundo e o conselho estadual.
- Define e organiza gestões metropolitanas.
- Fontes de recursos: IPVA, licenciamento e pedágios.

GOVERNOS LOCAIS

- Executa os programas, obras e ações.
- Executa planos, fundo e conselho local.
- Fontes de recursos: publicidade, polos geradores de tráfego, estacionamentos e aplicativos de transporte.

O FOCO DO PODER PÚBLICO DEVE SER O DIREITO À MOBILIDADE. O QUE ISSO SIGNIFICA?

No modelo atual, o financiamento vem da tarifa. Isso estimula a lotação dos veículos, aumento da tarifa e descumprimento de viagens, reforçando desigualdades. Essa realidade precisa mudar!

- O **custeio público** deve cobrir o custo do serviço e ser atrelado à qualidade e à frequência.
- Deve-se **aumentar a capacidade da prefeitura** controlar e gerenciar os contratos.
- **Contratos mais curtos** e separados por atividade dificultam a cartelização no setor.
- Deve -se investir em infraestruturas de **transporte coletivo e de mobilidade ativa**.





Obrigado

(11) 99916-6461

rafael.calabria@idec.org.br

